



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 98081 de 27/03/2013
Edição Eletrônica nº 19543



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

TÊXTEL RENAUXVIEW S.A.

CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 423000949-1 - Companhia Aberta
Brusque - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mercado e RenauxView

O ano de 2012 foi um ano de dificuldades para a economia brasileira e o mercado têxtil interno. Este momento é uma continuação do ano de 2011, quando o descompasso entre a oferta de produtos e a demanda já estava instalado, é e agravado pelos altos custos de produção no Brasil.

Além disso, também o aumento de produtos importados impactou a atividade dos clientes confeccionistas.

Quanto à unidade de produção de fios, que no ano de 2011 a empresa entendeu que deveria se retirar do mercado de venda de fios de algodão tendo em vista a impossibilidade de remunerar a atividade e o capital investido, foi parcialmente reativada, para atender às demandas do mercado por industrialização por encomenda. No decorrer do ano de 2013 é possível que a produção seja totalmente retomada.

Relacionamento com Auditores Independentes - 2012

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Companhia contratou a NUSS & STEINBACH Auditores Independentes, para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício de 2012.

Adicionalmente, cabe mencionar que a NUSS & STEINBACH Auditores Independentes não prestou serviços não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Têxtil Renauxview S.A. declaram, para fins do disposto na instrução 480/09 artigo 25, § 1º, inciso V, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Têxtil Renauxview S.A., declaram, para fins do disposto na instrução 480/09 artigo 25, § 1º, inciso VI, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e Consolidado relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO					PASSIVO						
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	Explicativa	2012	2011	2012	2011	PASSIVO	Explicativa	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE		49.969	77.537	49.423	77.183	CIRCULANTE		189.685	182.263	272.355	182.349
Caixa e equivalentes de caixa ...	4	58	541	229	822	Fornecedores	14	5.014	16.725	5.014	16.730
Contas a receber de clientes	5	10.183	22.451	10.183	22.469	Parcelamento CELESC.....		5.538	6.147	5.538	6.147
Outras contas a receber.....		4.340	6.375	3.519	5.617	Empréstimos e financiamentos ..	15	41.918	53.983	124.508	53.983
Estoques	6	32.771	43.557	32.771	43.557	Salários e encargos sociais	16	36.832	29.486	36.835	29.493
Impostos a recuperar	7	2.424	3.884	2.527	3.989	Obrigações tributárias	17	36.161	33.842	36.238	33.916
Adiantamento a fornecedores		-	11	-	11	Provisão para contingências	18	45.517	23.277	45.517	23.277
Despesas do exercício seguinte		193	718	193	718	Debêntures.....	19	17.805	17.682	17.805	17.682
						Dividendos a pagar		2	2	2	2
						Comissões e royalties a pagar..		701	747	701	747
						Outras contas e encargos					
						a pagar		197	372	197	372
NÃO CIRCULANTE		64.593	173.646	149.099	175.322	NÃO CIRCULANTE		104.590	189.454	105.808	190.690
Realizável a Longo Prazo		13.167	40.662	13.127	40.291	Empréstimos e financiamentos ..	15	1.419	825	1.419	825
Contas a receber de clientes		463	-	463	-	Depósitos judiciais	8	976	1.412	976	1.412
Depósitos judiciais	8	1.095	1.525	1.095	1.525	IRPJ e CSLL diferidos		3.022	27.178	3.425	27.581
Mútuo com controlada.....		40	371	-	-	Parcelamento CELESC.....		40.317	44.839	40.317	44.839
Tributos diferidos.....	9	3.022	27.178	3.022	27.178	ICMS parcelado		1.373	2.531	1.373	2.531
Impostos a recuperar	7	3.269	3.512	3.269	3.512	Tributos Federais parcelados					
Ativos não de uso próprio	10	5.278	8.076	5.278	8.076	(Lei 11.941/09).....		39.444	39.072	40.259	39.905
Investimentos	11	143	4	-	-	Provisão para contingências		-	49	-	49
Imobilizado	12	51.010	132.695	135.699	134.746	Obrigações com pessoas					
Intangível	13	273	285	273	285	ligadas	20	18.038	73.548	18.038	73.548
						PASSIVO A DESCOBERTO		(179.712)	(120.534)	(179.640)	(120.534)
						Capital social.....	21.a)	8.186	8.186	8.186	8.186
						Reserva de incentivos fiscais....	21.b)	9.983	-	9.983	-
						Reservas de lucros		571	571	571	571
						Reserva de reavaliação		865	18.685	865	18.685
						Ajuste de avaliação patrimonial		5.838	41.839	5.838	41.839
						Prejuízos acumulados.....		(205.155)	(189.815)	(205.155)	(189.815)
						Participação de não					
						controladores.....		-	-	72	-
						TOTAL DO PASSIVO					
						E PASSIVO A DESCOBERTO .		114.563	251.183	198.523	252.505
TOTAL DO ATIVO		114.563	251.183	198.523	252.505						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

TÊXTEL RENAUXVIEW S.A.

CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 4230000949-1 - Companhia Aberta

Brusque - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL					
LÍQUIDA	22	74.931	141.965	75.142	142.176
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS					
	23	(65.519)	(90.397)	(65.519)	(90.397)
LUCRO BRUTO		9.412	51.568	9.623	51.779
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	23	(12.124)	(19.091)	(12.193)	(19.132)
Gerais e administrativas.....	23	(7.389)	(8.533)	(7.414)	(8.539)
Honorários dos administradores	24	(1.537)	(1.556)	(1.537)	(1.556)
Despesas com reestruturação	25	(162)	(217)	(162)	(217)
Resultado de equivalência patrimonial.....		66	(25)	-	-
Perdas na diluição de participação societária.....		(22)	-	(22)	-
Outras receitas operacionais		65	168	65	168
Outras despesas operacionais	23	(713)	(2.049)	(714)	(2.049)
Ganhos de capital	12	23.501	-	23.501	-
Benefícios Revigorar IV	26	957	4.475	957	4.475
		2.642	(26.828)	2.480	(26.850)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS					
		12.055	24.740	12.103	24.929
Receitas financeiras.....	23	1.130	1.412	1.135	1.416
Despesas financeiras.....	23	(49.254)	(41.268)	(49.315)	(41.421)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
		(48.124)	(39.856)	(48.180)	(40.005)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO					
		(36.070)	(15.116)	(36.077)	(15.076)
Contribuição social diferida..		(1.603)	-	(1.608)	(16)
Imposto de renda diferido		(4.453)	-	(4.462)	(24)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A NÃO CONTROLADORES					
		-	-	22	-
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS					
		(42.125)	(15.116)	(42.125)	(15.116)
QUANTIDADE DE AÇÕES (EM MIL)					
		42.593	42.593	42.593	42.593
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO					
		(0,989)	(0,355)	(0,989)	(0,355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício		(42.125)	(15.116)	(42.125)	(15.116)
Efeitos tributários sobre a realização					
da reserva de reavaliação.....		5.610	(89)	5.610	(89)
Efeitos tributários sobre o ajuste de					
avaliação patrimonial do imobilizado		446	529	446	529
Baixa bens reavaliados.....		(23.109)	-	(23.109)	-
Resultado abrangente do exercício		(59.178)	(14.676)	(59.178)	(14.676)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos					
		(36.070)	(15.116)	(36.055)	(15.076)
Itens que não representam movimentação de caixa					
- Depreciações e amortizações		3.975	4.080	3.975	4.080
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)		6.056	440	6.056	440
- Receitas de atualizações de impostos a recuperar.....		(18)	(25)	(18)	(25)
- Provisões para devedores duvidosos		911	3.837	911	3.837
- Ajuste a valor presente.....		(196)	44	(196)	44
- Provisões para contingências trabalhistas		(49)	-	(49)	-
- Equivalência patrimonial/ Investimentos em controlada		(66)	25	-	-
- Perdas na diluição de participação em controlada.....		22	-	22	-
- Benefícios Revigorar IV.....		(957)	(4.475)	(957)	(4.475)
- Provisão de juros e multas sobre passivos financeiros		28.208	26.391	28.208	26.391
- Baixa de bens reavaliados		(23.109)	-	(23.109)	-
Geração (utilização) bruta de disponibilidades		(21.292)	15.201	(21.212)	15.216
(Aumento) Redução de ativos operacionais					
- Contas a receber de clientes - circulanete e não circulante.....		11.090	(5.726)	11.108	(5.739)
- Estoques		10.786	(10.496)	10.786	(10.496)
- Outras contas a receber.....		2.035	1.709	2.098	(2.267)
- Impostos a recuperar		1.460	(2.837)	1.462	(2.849)
- Despesas do exercício seguinte		525	(276)	525	(276)
- Adiantamento a fornecedores		11	1.114	11	1.114
- Depósitos judiciais - não circulante		430	1.023	430	1.023
- Mútuo com controlada - não circulante		331	244	-	-
- Impostos a recuperar - não circulante		261	(27)	261	(27)
Aumento (Redução) de passivos operacionais					
- Fornecedores		(11.711)	9.215	(11.716)	9.220
- Salários e encargos sociais.....		7.346	10.608	7.342	10.608
- Obrigações tributárias - circulante e não circulante		24.729	10.013	24.714	10.111
- Comissões a pagar		(46)	(16)	(46)	(16)
- Outras contas e encargos a pagar		(175)	(344)	(175)	(344)
- Depósitos judiciais - não circulante		(436)	(984)	(436)	(984)
		25.344	28.421	25.152	24.294
IRPJ/CSLL diferidos do período		(6.056)	-	(6.070)	(40)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		19.289	28.421	19.082	24.254
II - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Investimentos em controlada - aumento de capital					
		(95)	-	-	-
Acréscimos de imobilizado		(2.718)	(24.797)	(2.718)	(24.797)
Baixas líquidas do imobilizado		642	650	644	681
Acréscimos de intangível.....		(44)	(335)	(44)	(335)
Baixas líquidas do intangível		-	1.007	-	1.007
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(2.215)	(23.475)	(2.118)	(23.444)
III - FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Variação no parcelamento CELESC.....					
		(5.131)	(1.660)	(5.131)	(1.660)
Novos Empréstimos e financiamentos bancários.....					
		26.664	35.563	26.664	35.563
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários.....					
		(37.861)	(36.992)	(37.861)	(36.992)
Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica					
		(1.229)	(2.521)	(1,229)	(2,521)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(17.557)	(5.610)	(17.557)	(5.610)
IV - AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(483)	(664)	(593)	(4.800)
V - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO					
		541	1.205	822	5.622
VI - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO ...					
		58	541	229	822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TÊXTIL RENAUXVIEW S.A.CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 4230000949-1 - Companhia Aberta
Brusque - SC**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
I - Receitas				
- Receitas de vendas e serviços	97.942	184.875	98.182	185.116
- Outras receitas.....	64	168	64	168
- Provisão para devedores duvidosos.....	(911)	(3.837)	(911)	(3.837)
	97.095	181.206	97.335	181.447
II - Total de bens e serviços adquiridos de terceiros (a)				
- Insumos adquiridos de terceiros	(21.790)	(57.422)	(21.790)	(57.423)
- Materiais, energia, serviços de terceiros, comunicação, água	(19.138)	(24.758)	(19.138)	(24.758)
- Outros gastos de produção.....	(1.835)	(9.393)	(1.960)	(9.398)
	(42.763)	(91.573)	(42.888)	(91.579)
III - Valor adicionado bruto (I - II).....	54.332	89.633	54.447	89.868
IV - Retenções				
- Depreciação e amortizações	(3.975)	(4.080)	(3.975)	(4.080)
	(3.975)	(4.080)	(3.975)	(4.080)
V - Valor adicionado líquido (III - IV).....	50.357	85.553	50.472	85.788
VI - Valor adicionado recebido em transferência				
- Vendas de Imobilizado ou ganhos de capital.....	23.501	169	23.501	169
- Resultado de equivalência patrimonial e perda na diluição de participação	(44)	(25)	-	-
- Receitas com Revigorar IV	957	4.475	957	4.475
- Receitas financeiras.....	1.130	1.412	1.135	1.416
	25.544	6.031	25.594	6.060
VII - Valor adicionado total a distribuir	75.901	91.584	76.066	91.848
VIII - Distribuição do valor adicionado				
- Colaboradores	27.159	31.759	27.217	31.794
- Comissões/royalties.....	3.536	4.355	3.536	4.355
- Impostos, taxas e contribuições (b)	37.364	29.318	37.408	29.394
- Juros (c)	49.254	41.268	49.315	41.421
- Perdas de capital	713	-	714	-
- Resultado líquido	(42.125)	(15.116)	(42.125)	(15.116)
	75.901	91.584	76.066	91.848

(a) exclui pessoal, impostos e taxas, depreciação

(b) inclui ICMS, PIS, COFINS, INSS, SESI, SENAI, SEBRAE, ISS, IOF e taxas diversas

(c) inclui despesas financeiras em geral

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Lucros			Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
					Reserva legal	Para investimentos e capital de giro	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.186	42.866	18.192			571	(175.673)	(105.858)		(105.858)
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.555)					1.555	-	-	
Realização provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial		528						529		529
Realização provisão para IRPJ e CSLL sobre a Reavaliação.....			(89)					(89)		(89)
Realização da Reserva de Reavaliação.....			581				(581)	-		
Resultado Líquido.....							(15.116)	(15.116)		(15.116)
					37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.186	41.839	18.685			571	(189.815)	(120.534)		(120.534)
Constituição reserva de incentivos fiscais				9.983			(9.983)	-	-	
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.310)					1.310	-	-	
Baixa de bens com Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		(53.238)					53.238	-	-	
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial		18.547					(18.101)	446		446
Realização/baixa provisão para IRPJ e CSLL sobre a Reavaliação.....			5.610					5.610		5.610
Realização da Reserva de Reavaliação..			(321)				321	-	-	
Baixa de bens reavaliados			(23.109)				(42.125)	(23.109)		(23.109)
Resultado Líquido.....							(42.125)	(42.125)		(42.125)
Participação de não controladores								-	72	72
					37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.186	5.838	865	9.983		571	(205.155)	(179.712)	72	(179.640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TRRX3 e TRRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

i) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
ii) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiras - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 04 de março de 2013.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que afetam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 - Provisão para contingências

Nota 28 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 66,67% (99,98% - 2011).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros**i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes: são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente e de adiantamentos.

f) Estoques: estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação.

g) Imobilizado**i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível**i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)**i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Para avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada,

também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável ex-cedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	36	22	36	22
Bancos conta movimento	22	75	193	147
Aplicações financeiras	-	444	-	653
TOTAL	58	541	229	822

Os valores classificados em aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, que tem como *benchmark* superar o CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes.....	19.630	31.359	19.630	31.377
(-) Adiantamento de clientes.....	-	(175)	-	(175)
(-) Provisão para devedores duvidosos.....	(9.364)	(8.453)	(9.364)	(8.453)
(-) Ajuste a valor presente	(83)	(280)	(83)	(280)
TOTAL	10.183	22.451	10.183	22.469

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados.....	13.471	14.946	13.471	14.946
Produtos em elaboração	7.526	8.379	7.526	8.379
Materiais diretos	7.813	14.940	7.813	14.940
Materiais de consumo	2.288	2.618	2.288	2.618
Importação em Andamento	1.673	2.674	1.673	2.674
TOTAL	32.771	43.557	32.771	43.557

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. Eventuais perdas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR**a) Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPI	38	67	38	67
ICMS	1.409	1.129	1.441	1.162
PIS/COFINS	966	1.123	967	1.124
IRRF	11	12	11	12
IRPJ/CSLL	-	1.553	70	1.624
TOTAL	2.424	2.331	2.527	3.989

b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
COFINS (multa parcelamento).....	717	698
PIS/COFINS	1.692	1.575
ICMS.....	860	1.239
TOTAL	3.269	3.512

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Ativo****Não Circulante**

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
FGTS	369	369
CELESC	363	363
Marinha Mercante.....	202	-
Vladimir Walendowski	112	112
Processos trabalhistas	43	681
Outros.....	6	-
TOTAL	1.095	1.525

b) Passivo**Não Circulante**

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
FGTS.....	369	369
CELESC	363	363
Marinha Mercante.....	201	-
Processos trabalhistas	43	680
TOTAL	976	1.412

TÊXTIL RENAUXVIEW S.A.CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 4230000949-1 - Companhia Aberta
Brusque - SC**9. IMPOSTOS DIFERIDOS**

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Contribuição Social - CSLL	800	7.194
Imposto de Renda - IRPJ	2.222	19.984
TOTAL	3.022	27.178

O crédito reconhecido no ativo da controladora é de montante idêntico do imposto de renda e contribuição social que se encontra provisionado no passivo não circulante.

10. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Ao final do ano de 2011 a Companhia decidiu reduzir as atividades do setor de fiação, para que a produção de fios atendesse somente o consumo próprio. Como consequência desta decisão foram transferidos do ativo imobilizado para o realizável a longo prazo o montante de R\$ 8.076 mil referente a máquinas e equipamentos do setor de fiação. Durante o ano de 2012 a administração decidiu atender à demanda do mercado por industrialização por encomenda de fios de algodão, e reativou parte das máquinas que estavam paradas. Estas máquinas foram transferidas novamente para o imobilizado. As que ainda permaneciam fora de operação, em 31 de dezembro de 2012, perfaziam o montante de R\$ 5.278 mil (2011 - R\$ 8.076 mil), e ainda aguardam decisão de Administração sobre sua destinação.

11. EMPRESA CONTROLADA**a) Participação em controlada**

	Quantidade		Porcentagem de		No Patrimônio		Participação	
	de Cotas Possuídas		Participação		Líquido		no Resultado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Renauview Ltda.....	99.998	226.999	66,67	99,98	143	4	66	(25)

Além da equivalência patrimonial (participação no resultado) do exercício no valor de R\$ 66 mil, foi reconhecido ainda, em conta específica, prejuízo no resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 22 mil, referente a perda na diluição de participação em controlada.

b) Saldos e transações com controlada

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações		
	2012	2011	2012	2011	
Renauview Ltda	861	1.130	-	18	
		Receitas		Despesas	
		2012	2011	2012	2011
Renauview Ltda	-	-	240	240	

As transações com a Renauview Ltda. referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

Conforme divulgado em ata de AGE de 29 de outubro de 2012 e fato relevante de 03 de dezembro de 2012, a administração foi autorizada a integralizar na sua controlada Renauview Ltda., acervo líquido composto por bem imóvel no valor Contábil de R\$ 82.485 mil e dívidas em valores correspondentes ao valor do imóvel. Esta operação gerou um ganho de capital de R\$ 23.501 mil. A operação pode ser percebidas nas contas terrenos e construções nos quadros abaixo.

	Controladora		Consolidado			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Depreciação						
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos.....	3.025	-	3.025	54.027	56.076	56.077
Construções	2.004	(200)	1.804	33.821	33.442	33.821
Máquinas de Grande Porte ..	72.549	(40.101)	32.448	27.964	32.448	27.964
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.743	(4.795)	4.948	4.686	4.948	4.687
Veículos	868	(380)	488	748	488	748
Outras Imobilizações	925	(622)	303	367	303	367
Imobilizado em Andamento ..	7.231	-	7.231	4.346	7.231	4.346
Adiantamentos a Fornecedores	763	-	763	6.736	763	6.736
TOTAL	97.107	(46.097)	51.010	132.695	135.699	134.746

Os valores classificados em imobilizado em andamento, refere-se basicamente a máquinas de grande porte que estão sendo importadas em módulos (partes), sendo que a Companhia somente irá transferir para a conta própria, quando o último módulo estiver na Companhia e toda a máquina estiver pronta para operar. A Administração da Companhia espera que isto ocorra ainda no 1º semestre de 2013, se não houverem atrasos aduaneiros.

12.1. Movimentação do Custo Corrigido - Controladora

	Controladora				
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Terrenos.....	54.027	-	(51.003)	-	3.025
Construções	52.668	76	(50.776)	35	2.004
Máquinas de Grande Porte	62.076	6.073	(511)	4.911	72.549
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.812	403	(659)	187	9.743
Veículos	868	-	-	-	868
Outras Imobilizações	986	35	(96)	(0)	925
Imobilizado em Andamento	4.345	1.697	(709)	1.898	7.231
Adiantamentos a Fornecedores ...	6.735	1.116	(56)	(7.032)	763
TOTAL	191.519	9.399	(103.810)	-	97.107

12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada

	Controladora				
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Construções	(18.848)	(674)	19.322	-	(200)
Máquinas de Grande Porte	(34.112)	(6.497)	550	(42)	(40.101)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(5.126)	(478)	572	237	(4.795)
Veículos	(121)	(65)	-	(194)	(380)
Outras Imobilizações	(618)	(88)	84	-	(622)
TOTAL	(58.824)	(7.802)	20.528	-	(46.097)

Nas adições do custo corrigido e da depreciação acumulada, estão contemplados os valores que foram realocados da conta "Ativos não de uso próprio" para a conta "Máquinas de grande porte", no valor líquido de R\$ 2.798 mil.

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado			
	2012	2011	2012	2011		
	Depreciação					
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de Uso.....	945	(672)	273	285	273	285
TOTAL	945	(672)	273	285	273	285

13.1. Movimentação do Custo Corrigido - Controladora

	Controladora				
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Direitos de Uso	900	44	-	(1)	943
TOTAL	900	44	-	(1)	943

13.2. Movimentação da Amortização Acumulada - Controladora

	Controladora				
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Direitos de Uso.....	(618)	(54)	-	-	(672)
TOTAL	(618)	(54)	-	-	(672)

14. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecedores nacionais	5.013	10.730
Fornecedores internacionais	1	6.004
TOTAL	5.014	16.734

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	12.945	12.192	-	-
Financiamento, atualizado segundo TJLP, com juros de 10,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.				
Saldo negativo em contas correntes bancárias	83	72	-	-
BMF - Belgo Mineira Fomento Mercantil	-	2.340	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 2,95% a.m.				
Banco Daycoval	3.506	5.335	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,70%am, com vencimento em 11/08/14	1.723	4.000		
Financiamento de máquina, vcto final 12/12/13, 11% ano	1.783			
EGF juros de 6,75% aa com vencimento final em 26/07/12	-	1.335		

TÊXTIL RENAUXVIEW S.A.CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 4230000949-1 - Companhia Aberta
Brusque - SC

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco Sofisa	3.119	12.156	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,80%am, com vencimento em 06/03/13.....	2.000	4.999		
Financiamento de máquina, vcto final 09/10/13, 13,8% ano.....	1.119			
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a., com vencimento em 20/07/12.....	-	7.157		
BANCO BIC	1.875	2.014	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,70% mais CDI, vencimento final 13/02/2013...	1.875	2.014		
BANCO SAFRA EGF	5.490	4.008	-	-
CCE - juros médio s de 1,47%a.m. com vencimento final em 06/05/2013.....	5.490	4.008		
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a.				
PML Petersen Matex	618		962	
Financiamento de máquinas, 7% aa, vancimento final 15/02/16.....	618		962	
Benex Beneficiamento Têxtil Ltda	-	15.073		
Crédito cedido por Master Fomento Mercantil, capital de giro com juros médios mensais de 3%				
Welowo C.V. *	96.161			
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados, sem vencimento final.....	96.161			
FACCIONISTA	230			
Empréstimo de algodão.....	230			
PICANOL	471	793	457	825
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9%a.a., vecimento final em 12/10/2014.....	471			
TOTAL	124.508	53.983	1.419	825

* Com relação a este empréstimo, está classificado na controladora o montante de R\$ 13.581 mil e na controlada o montante de R\$ 82.590 mil.

Legendas:

BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI - Certificado Depósito Interbancário

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários.....	884	1.099	886	1.100
Provisão para férias.....	1.883	2.188	1.884	2.192
INSS (não parcelado ou notificado).....	26.307	20.170	26.307	20.171
FGTS.....	200	212	200	212
FGTS parcelamento.....	-	90	-	90
Salário educação - FNDE.....	2.759	1.996	2.759	1.996
SESI.....	1.654	1.197	1.654	1.197
SEBRAE.....	662	479	662	479
SENAI.....	1.351	983	1.351	983
Parcelamento - Lei 11.941/09.....	1.122	1.048	1.122	1.048
Outros.....	10	24	10	25
TOTAL	36.832	29.486	36.835	29.493

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS.....	167	261	167	261
ICMS parcelamento.....	1.368	2.245	1.368	2.245
ICMS importações de máquinas.....	242	550	242	550
ICMS - PRODEC.....	23.831	21.462	23.831	21.462
ICMS notificação 10007520-0.....	-	-	-	-
IRRF.....	183	196	184	197
Impostos municipais.....	3.254	2.410	3.254	2.410
ISS retido.....	6	10	6	10
PIS/COFINS.....	-	-	-	1
PIS/COFINS/CSLL retidos.....	14	4	15	5
ICMS Importações.....	4.683	4.450	4.683	4.450
Parcelamento - Lei 11.941/09.....	2.413	2.254	2.488	2.325
TOTAL	36.161	33.842	36.238	33.916

17.1. PRODEC

O valor de PRODEC reconhecido pela empresa em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 23.831 mil (2011 - R\$ 21.462 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos do PRODEC, a Companhia deixou de provisionar R\$ 19.537 mil (2011 - R\$ 15.896 mil), referente aos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas.....	-	-	-	49
Tributárias.....	45.517	23.277	-	-
TOTAL	45.517	23.277	-	49

18.1. PERDA POSSÍVEL

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da Têxtil Renauxview, e estão assim distribuídas (controladora e consolidado):

	R\$ (em milhares)
Tributárias.....	19.618
Trabalhistas.....	426
Cíveis.....	534
TOTAL	20.578

19. DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários - CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;**Vencimento final:** 1º de setembro de 2010;**Atualização do valor nominal:** base no IGP-M;**Pagamento do valor nominal:** ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:**Parcela 1** - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.**Parcela 2** - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.**Parcela 3** - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.**Parcela 4** - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.**Parcela 5** - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.**Pagamento da remuneração:** semestralmente, a partir de 1º de março de 2005**Remuneração:** 0,8355 % ao mês

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 17.805 mil (2011 - R\$ 17.682 mil). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Sobre este assunto, verificar nota explicativa nº 30 - Plano de Recuperação Extrajudicial - PRE.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Estão registrados no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais, obrigações com pessoas ligadas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	3.494	3.166
D&D Administradora de Bens Ltda - Bradesco		5.008
Crédito cedido por Bradesco S.A. - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última parcela em 30/03/2009. Garantia notas promissórias, aval, e alienação fiduciária de máquinas.....		5.008

TÊXTEL RENAUXVIEW S.A.

CNPJ nº 82.982.075/0001-80 - NIRE: 4230000949-1 - Companhia Aberta

Brusque - SC

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
D&D Administradora de Bens Ltda - Ônix		6.549
Crédito cedido por Ônix Companhia Securitizadora de créditos (adquirido anteriormente do Banco Sudameris S.A.) - Financiamento atualizado pela variação do CDI, mais juros de 4% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 31/08/2008. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e alienação de máquinas.		6.549
D&D Administradora de Bens Ltda - Banco do Brasil		4.115
Crédito cedido por Banco do Brasil S.A. - Financiamento atualizado em 140% do CDI, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 10/05/2006. Garantia: aval e penhor mercantil.		4.115
D&D Administradora de Bens Ltda - Bco Coml Uruguai		1.250
Crédito cedido por Banco Comercial do Uruguai - Financiamento pela variação do dólar Americano, mais juros de 12,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 30/05/2008. Garantia aval e hipoteca de imóvel.		1.250
D&D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai	14.544	11.409
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	14.544	11.409
D&D Administradora de Bens Ltda - HSBC Bank		2.717
Crédito cedido por HSBC Bank S.A. - Financiamento atualizado em CDI, mais 1% juros am., amortização mensal do principal e juros vencido a última em 15/05/2006. Garantia aval e alienação fiduciária de máquinas.		926
Crédito cedido por HSBC Bank S.A. - Financiamento de Operação Rural (EGF), com juros de 8,75% aa. Vencido em 03/03/2006. Garantia aval da diretoria, penhor cecular de primeiro grau.		1.791
D&D Administradora de Bens Ltda		39.334
Créditos cedidos por Bradesco S.A., Tavares Fomento Mercantil S.A., Red Factor, Banco Intermedium, DGS Factoring - Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 3 a 3,65% a m., vencidos. Garantia de duplicatas e aval.		39.334
TOTAL	18.038	73.548

21. PASSIVO A DESCOBERTO**21.a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

21.b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício tem destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno.....	100.764	189.183	100.764	189.423
Vendas mercado externo.....	269	1.218	269	1.218
Serviços mercado interno.....	1.011	198	1.251	198
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	102.044	190.599	102.284	190.839
Deduções da receita bruta:				
Impostos faturados, descontos e devoluções	(27.113)	(48.634)	(27.142)	(48.663)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74.931	141.965	75.142	142.176

23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas

	Controladora	
	2012	2011
Pessoal (salários, benefícios e encargos).....	31.286	36.217
Matérias-primas e embalagens	24.396	42.082
Energia elétrica.....	7.126	11.901
Gastos gerais de fabricação.....	3.700	2.914
Depreciação e amortizações.....	7.858	4.080
Comissões representantes.....	3.535	4.355
Fretes	806	1.707
Serviços de terceiros.....	5.827	3.742
Outros custos e despesas	1.210	13.072
Total	85.745	120.070

	Controladora	
	2012	2011
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	65.519	90.397
Despesas com vendas	12.124	19.091
Gerais e administrativas	7.389	8.533
Outras despesas operacionais.....	713	2.049
	85.745	120.070

b) Resultado financeiro

	Controladora	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras.....	23	251
Juros recebidos	145	238
Variação cambial ativa.....	942	836
Outras receitas	20	87
Total da receita financeira	1.130	1.412
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos.....	28.744	27.418
Encargos sobre tributos.....	11.475	7.013
Encargos sobre demais contas	7.286	4.378
Variação cambial passiva	1.281	1.291
Outras despesas financeiras.....	468	1.168
Total da despesa financeira	49.254	41.268
Resultado financeiro líquido	(48.124)	(39.856)

24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Em 2012 as despesas com os administradores totalizaram R\$ 1.537 mil (2011 - R\$ 1.556 mil).

25. DESPESAS COM REESTRUTURAÇÃO

Ocorreram despesas com serviços de terceiros, em função da reestruturação descrita na nota explicativa nº 29, em 2012 no montante de R\$ 162 mil (2011 - R\$ 217 mil).

26. REVIGORAR IV - LEI Nº 15.856/2012

Em 2011 o Governo do Estado de Santa Catarina sancionou lei que beneficiava com redução de multa e juros os contribuintes que optassem pela liquidação de débitos em atraso de ICMS.

A Companhia utilizou do benefício da referida lei, para efetuar a liquidação de parte dos valores em atraso do ICMS. O benefício desta redução no exercício de 2012, resultou nos seguintes montantes, contabilizado no resultado do exercício de 2012: Juros - R\$ 445 mil e Multas - R\$ 512 mil, totalizando uma receita de R\$ 957 mil (2011 - R\$ 4.475 mil).

27. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo - acionistas preferenciais.....	(27.719)	(9.947)
Prejuízo - acionistas ordinários	(14.406)	(5.169)
Total	(42.125)	(15.116)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas	14.566	14.566
Total	42.593	42.593
Resultado básico e diluído por ação (em milhares de reais)		
Ação preferencial.....	(0,989)	(0,355)
Ação ordinária	(0,989)	(0,355)

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**i) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

• Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa.....	229	822
Contas a receber de clientes.....	10.183	22.469
Outras contas a receber.....	3.519	5.617
TOTAL.....	13.931	28.908

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para devedores duvidosos foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para devedores duvidosos" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

• Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

	Consolidado	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos.....	125.927	54.808

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa.....	229	229	822	822
Contas a receber de clientes e outras.....	14.165	14.165	28.086	28086
Empréstimos e financiamento.....	(125.927)	(125.927)	(54.808)	(54.808)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	(5.211)	(5.211)	(17.102)	(17.102)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar

- Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

29. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

Continuam as medidas tendentes a equacionar o passivo que a Companhia detém e que foram assumidos pela administração que tomou posse no dia 06 de janeiro de 2006. Parte extremamente relevante dos passivos estão em negociações para liquidação, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Os passivos tributários, que também são expressivos, estão, na sua maioria, parcelados, e os parcelamentos vem sendo cumpridos. O mesmo ocorre com dívidas com fornecimento de energia elétrica. Os passivos restantes estão todos em negociações, e espera concluir o próximo exercício com todos negociados.

30. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRE

No dia 05 de maio de 2010, a Companhia protocolou no Tribunal de Justiça Estadual, na Comarca de Brusque, pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que abrange os credores quirografários Celesc Distribuição S.A. e os debenturistas, representados por seu agente fiduciário Planner Corretora de Valores S.A. Todos os detalhes do PRE estão divulgados no site da CVM.

Em 24 de maio de 2010, através de AGE ficou ratificado por unanimidade dos acionistas presentes o Plano de Recuperação Extrajudicial.

Os possíveis efeitos, do Plano de Recuperação Extrajudicial, serão reconhecidos pela Companhia nas demonstrações financeiras, quando da homologação em juízo do plano. Em 14 de fevereiro de 2011, o juízo da Comarca de Brusque indeferiu a homologação do plano, sendo que a Companhia protocolou, tempestivamente, a apelação com relação ao indeferimento em 03 de março de 2011 no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O recurso desta apelação encontra-se ainda pendente de julgamento por parte do referido Tribunal.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Brusque, 04 de março de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
<p>Armando Cesar Hess de Souza Presidente</p>		<p>Armando C. Hess de Souza Presidente</p>	
<p>Heitor Rodolfo de Souza Conselheiro</p>	<p>Dilnei Heizen Conselheiro</p>	<p>Marcio L. Bertoldi Diretor de Relações com Investidores</p>	
		<p>Contadora - Marta Castelli - CRC SC 023517/O-3</p>	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas de:

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A

Brusque - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de **Têxtil Renauxview S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Companhia** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

a) Prejuízos operacionais

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da **Companhia**, conforme as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa nº 3. A existência de prejuízos operacionais ocorridos nos últimos exercícios levou os gestores a empreender planos de medidas operacionais e administrativas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 29 e nº 30. As demonstrações financeiras não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos, que poderiam ser requeridos no caso de insucesso desse plano da Administração da **Companhia**. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

b) Plano de Recuperação Extrajudicial - PRE

Conforme nota explicativa nº 30, em 05 de maio de 2010 a **Companhia** protocolou no Tribunal de Justiça Estadual, na Comarca de Brusque, pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial - PRE. Em 24 de maio de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária deliberou por unanimidade pela ratificação deste plano.

Em 14 de fevereiro de 2011 o juízo da Comarca de Brusque indeferiu a homologação do plano (PRE) sendo que a **Companhia** protocolou, de forma tempestiva, a apelação desta decisão em 03 de março de 2011. A **Companhia** ainda está aguardando o julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

c) Demonstrações Consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.a), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Companhia**, essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

a) Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Companhia**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 16 de março de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Blumenau, 15 de março de 2013.

Nuss & Steinbach Auditores Independentes

CRC-SC nº 001.12710-9

Valdir Steinbach

Contador CRC-SC nº 012.524/O-0